



CONSTRUINDO A EDUCAÇÃO PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Adelaide Pereira da Silva
Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro

Diego Nogueira Dantas
Comissão Pastoral da Terra – Sertão-PB

Rovilson José Bueno
Universidade Federal de Campina Grande

Resumo

O debate sobre Educação do Campo tem suas raízes no conjunto das lutas por políticas públicas específicas do campo. Movimentos Sociais do Campo, Organizações Sindicais e diversas entidades comprometidas com a formulação de um outro projeto de desenvolvimento do campo colocaram na sua agenda a Educação do Campo e estão construindo um novo olhar sobre a questão. Nessa perspectiva, a CPT SERTÃO-PB, mediada pela Rede Educação do Alto Sertão Paraibano, criada em 2005 em parceria com a Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro – RESAB, vem contribuindo nesse processo com várias ações, entre elas, o debate sobre Educação do Campo na perspectiva da Convivência com o Semi-Árido. Os objetivos do estudo é contribuir com a consolidação da proposta de Convivência com o Semi-Árido mediante o diálogo entre os saberes produzidos no cotidiano dos assentados e das assentadas e os saberes historicamente acumulados pela humanidade, de forma a se construir, desde a escola, uma nova compreensão da relação homem/natureza e da relação campo/cidade/campo. O trabalho é desenvolvido em um processo de formação continuada com professores, gestores e assentados com assessorias especializadas mediante cursos, encontros, seminários, oficinas pedagógicas e reuniões, proporcionando qualificação e requalificação dos sujeitos nos diferentes temas que compõem a proposta de Convivência com o Semi-Árido, construindo-se uma nova prática pedagógica. Espera-se: maior compromisso das comunidades assentadas com a educação escolar concebendo-a como dimensão da luta pela democratização do acesso à terra; melhor formação dos professores e professoras sobre o Semi-Árido - suas potencialidades e especificidades; compromisso dos gestores da educação, objetivando a formulação de políticas públicas de educação inclusiva e de qualidade, ancoradas na realidade do Semi-Árido, na perspectiva do Desenvolvimento Sustentável.

Palavras-chave: Semiárido. Convivência. Assentamento. Reforma Agrária. Diálogo de Saberes.

Abstract

The debate on Country Education has its roots in all the struggles for specific public policies of the country. Social Movements of the country, Trade Unions and several entities committed to the development of another project of the country development put on its agenda the issue of the Country Education and they are building a new look about it. Accordingly, the CPT SERTÃO-PB, mediated by the Education of the Alto Sertão Paraibano Network created in 2005 in partnership with the Education of the Semi-Arid League Network - RESAB have been contributing in this process with several actions, including the debate on the Country Education in anticipation of the Semi-Arid way of living. His principal objective is to contribute in the consolidation the proposal of Living with the Semi-Arid through dialogue between knowledges produced in daily life of settlers and settled and historically knowledges accumulated by mankind in order to build the school provided a new understanding of the relationship man / nature of the relationship country / city / country. The work is developed in a process of continual formation with teachers, directors and settlers with specialized consultations by means of courses, meetings, seminars, pedagogic workshops and reunions, providing qualification and re-qualification of the persons in the different topics that compose the proposal of "Living with the Semi-Arid", creating a new way of pedagogic performance. It is expected: A greater commitment of settled communities with school education designing it as a dimension of the fight for democratization of access to land; better training of teachers and professors on the Semi-Arid - their potential and specific; the commitment of managers of Education, to the formulation of public policies of inclusive education and quality anchored in the reality of the Semi-Arid, in view of Sustainable Development.

Key-words: Semi-arid. Coexistence. Dialogue of knowledges.

INTRODUÇÃO

A educação é uma contribuição fundamental na realização da pessoa humana, na sua realização como sujeito diferente dos outros seres vivos, na conquista de outros direitos necessários à sua realização, e instrumento fundamental para o desenvolvimento econômico, social, cultural e político de um país. É um processo amplo que não se inscreve apenas no espaço da escola; ela se dá na família, no trabalho e em todas as relações humanas. Esse universo não cabe "por inteiro" na escola; e como não poderia realizá-la sem a contribuição de outros espaços educativos, precisa tornar-se disponível e dialogar com outras formas de educar, com outros ambientes educativos.

Nessa visão a educação é vista como um processo amplo, como concebida na legislação da educação no Brasil, especialmente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96. Porém, a socialização do conhecimento

sistematizado, historicamente acumulado pela humanidade, se dá na escola - educação escolar. Aqueles que não tiverem acesso a esse espaço educativo, não podem se apropriar desse patrimônio. É nessa perspectiva que este texto pretende abordar a questão da educação. Trata-se da experiência em educação contextualizada referenciada pela realidade do Semi-Árido no Alto Sertão da Paraíba, cuja população diretamente beneficiada é constituída de camponeses e filhos de camponeses incluídos no processo de Reforma Agrária em pleno Semi-Árido Brasileiro.

Nossa pretensão com este trabalho é contribuir para a melhoria da educação dessa população considerando-a (a educação) como um dos instrumentos de construção da cidadania plena e condição para a formulação, no caso em pauta, de um projeto de desenvolvimento sustentável do Semi-Árido Brasileiro. Desenvolvimento Sustentável no sentido concebido por Constanza (1991, p.85) apud Sachs (1992, p.24):

Um relacionamento entre sistemas econômicos dinâmicos, embora de mudança lenta, em que: a) a vida humana pode continuar indefinidamente; b) os indivíduos podem prosperar; c) as culturas humanas podem desenvolver-se; mas em que; d) os resultados das atividades humanas obedecem a limites para não destruir a diversidade, a complexidade e a função do sistema ecológico de apoio à vida.

Entendemos que para formar cidadãos e cidadãs nessa perspectiva, a educação escolar necessita ser contextualizada, referenciada pelas particularidades e, especialmente, pelas potencialidades que esse lugar comporta, no caso, o espaço do Semi-Árido. Como se trata de pessoas do campo, abordamos a Educação do Campo¹ na perspectiva da Convivência com o Semi-Árido.

A Educação no Brasil é consagrada na legislação como direito de todos e dever do Estado. Em que pese o fato de já estar na ordem jurídica; a efetivação desse direito, para os segmentos do campo e, especialmente, no Semi-Árido, ainda é uma questão que carece atenção do Estado Brasileiro. De acordo com pesquisa do INEP (2006), 29,8% a população do campo no Brasil na faixa de 15 anos e mais, era analfabeta, enquanto na cidade esse índice reduz a 8,7 %. O mesmo estudo aponta que a defasagem idade/série, no campo, era de 56% nas séries finais do

¹ A discussão sobre a noção de educação do campo em contraposição à noção educação rural é ainda relativamente nova; está em construção. Sobre esta questão ver, entre outros, Mançano, et alli. I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo. In ARRRYO, Miguel Gonzalez, et.,alli. Por uma Educação do Campo (2004, p.25).

Ensino Fundamental. Esse quadro denuncia a forma como a educação dessa população tem sido tratada pelas políticas públicas de educação. Além disso, quando esta é oferecida, se faz uma transposição da cidade para o campo descontextualizada, sem referências à realidade, como se o campo não existisse com suas particularidades, sua cultura, suas riquezas. Ignora o saber que é produzido pelos povos² do campo a partir dos quais podem construir referências para se situarem “no e com o mundo”, lembrando Paulo Freire. Outro aspecto que dificulta essa compreensão é a forma fragmentada como os conteúdos são abordados, dificultando a compreensão do conjunto. Morin (2000, p.36) ensina que “o conhecimento das informações ou dos dados isolados é insuficiente. É preciso situar as informações e os dados, em seu contexto para que adquiram sentido”.

Para ter acesso a uma “educação de qualidade” (FREIRE, 1993, p. 37-44) no campo e identificada com esse contexto onde vivem e trabalham os diferentes povos do campo, está sendo construída com a participação ativa de seus representantes, uma proposta de educação ancorada em referenciais teóricos como a Pedagogia de Paulo Freire, Makarenko, Pistrac, Vygotsky, principalmente; na perspectiva de transformação das estruturas vigentes e dos próprios sujeitos. A partir desses referenciais e considerando a realidade está sendo construída uma pedagogia que dê conta de orientar a construção de uma educação que contemple toda a diversidade do campo nos diferentes aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia. Nela, os povos do campo são sujeitos na construção da sua própria educação e apontam os rumos das mudanças nas relações de poder e da construção de um outro projeto de desenvolvimento. Nesse caminhar, conquistaram o espaço público governamental, especialmente na esfera federal. E desde 2003, estão sendo formuladas políticas públicas de Educação do Campo com a participação de representações dos Movimentos Sociais do campo.

No Semi-Árido Brasileiro, a Educação apresenta um quadro ainda mais preocupante. Segundo dados do UNICEF (2003) 350 mil crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos estavam fora da escola. O censo de 2000 revela que no Semi-Árido a estrutura de educação atendia menos de 20% das necessidades. Esses dados se referem ao conjunto, campo e cidade. É uma realidade que se confronta com o Direito Humano à Educação e denuncia o abandono dessa região no que se refere ao atendimento aos direitos básicos dos brasileiros, num total desrespeito à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e à Legislação da Educação. No que se refere ao currículo escolar, independente do lugar onde se localize a escola - no campo ou na cidade, os materiais didáticos ou de apoio à construção da aprendizagem, com raras exceções são, além de referenciados em outras realidades; quando abordam o Semi-Árido, continuam desenhando uma

² Refere-se à diversidade de sujeitos que vivem no e do campo: camponeses / agricultores familiares, ribeirinhos, pescadores extrativistas, assalariados, quilombolas, indígenas. Enfim; todas as comunidades do campo no Brasil.

imagem de miséria, pobreza e ignorância e de impossibilidade de se viver nessa região.

A proposta de Educação para a Convivência com o Semi-Árido pretende romper com essa visão distorcida, equivocada e, ao mesmo tempo, com a perspectiva universalista, com a pseudo-neutralidade, lembrando Paulo Freire, que ainda informam a educação escolar. A sua opção, como destaca Pereira e Reis (2006, p.61), é:

(...) pelo trabalho pedagógico a partir de projetos didáticos que vão desde o envolvimento das mais variadas áreas do conhecimento até a interlocução com a investigação da realidade e dos saberes locais, e a extrapolação desta coma busca de novas fundamentações científicas e até míticas, que possibilitem aos alunos e as alunas a transcendência do campo das aprendizagens significativas que sejam capazes de explicar os fenômenos e as problemáticas presentes na realidade, mas também promova a inter-relação do local com o regional, nacional e global e vice versa.

Com esse propósito a proposta de Educação para a Convivência com o Semi-Árido convida educadores e educadoras a repensarem as suas práticas pedagógicas motivando a constante pesquisa e ao diálogo com os demais atores produtores de conhecimento. Nesse sentido, está pondo em prática os pressupostos da contextualização já previstos na legislação da Educação Brasileira e em muitos documentos pertinentes oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais, tomando uma realidade “concreta” - a realidade do Semi-Árido. A dificuldade dos profissionais da educação no trabalho de contextualização reside na sua formação. Nesse sentido, a proposta convida estes atores e atrizes a uma atitude de ousadia e de autodeterminação na superação de suas dificuldades. Inspirado em Terezinha Fróes Burnham (1993) e Felix Guattari (1995); Martins (2006, p. 52-53) informa os cinco eixos que apontam rumos para a organização do ensino nessa proposta:

A Natureza - entendida como extrato natural da ocorrência da vida e, em particular, como meio ambiente onde ocorre o desenvolvimento de diferenciadas manifestações da vida. O Trabalho -

entendido como processo através do qual o homem transforma a natureza, ao mesmo tempo em que constrói, continuamente, a si mesmo e a realidade histórico-social que integra. O Conhecimento - tomado como construção coletiva, histórico-social da relação homem/natureza, mediada pelo trabalho. A História da Humanidade - entendida como um processo de transformação que envolve, desde as dimensões filogenéticas e sócio-culturais, até econômicas e políticas que inclui tanto a relação com a natureza, quanto os mecanismos de produção da humanidade, que mediam o trabalho e o conhecimento. Subjetividades Humanas - entendidas como instâncias onde se produzem, no cruzamento entre as outras diversas instâncias da vida, domínios moleculares de produção de possibilidades, de inteligência e desejo.

O projeto Construindo Educação para a Convivência com o Semi-Árido, coordenado pela CPT/SERTÃO-PB, é um exercício na perspectiva do aprendizado na promoção da educação do campo nessa perspectiva, informada pela Pedagogia de Paulo Freire, dialogando, ainda, com autores como Edgar Morin, Boaventura de Sousa Santos, Milton Santos, Celestin Freinet, Lev Semyonovitch Vygotsky, entre outros.

Anotações sobre Educação do Campo na Perspectiva da Convivência com o Semi-Árido

A Educação para a Convivência com o Semi-Árido é uma das ações permanentes da Comissão Pastoral da Terra do Sertão da Paraíba (CPT/SERTÃO-PB)³, atividade desenvolvida mediante a Rede Educação do Alto Sertão Paraibano - uma de suas

³ A CPT/SERTÃO - PB nasce da Pastoral Rural em meados da década de 1980, no contexto das primeiras lutas organizadas por terra e água no Alto Sertão, iniciadas em bacias de açudes públicos - áreas que foram conquistadas tornando-se assentamentos. Naquele momento, a CPT acompanhou os camponeses promovendo debates sobre direito à terra, preservação das espécies nativas da fauna e da flora, sementes nativas (hoje batizadas pelos camponeses de "Sementes da Paixão"), banco de sementes, fundos rotativos solidários, etc., como estratégias de convivência com o Semi-Árido. Essa luta se ampliou a partir dos anos de 1990 quando os camponeses passaram a ocupar terras de propriedade privada consideradas improdutivas. Atualmente o cenário da Reforma Agrária no Alto Sertão da Paraíba apresenta o seguinte quadro: a área conquistada representa 27.926,20 hectares, abrigando 1.023 famílias, além do contingente que ainda espera a conquista da terra e se encontra em 18 acampamentos abrigando 972 famílias.

dinâmicas (ações, atividades) de Convivência com o Semi-Árido. Essa atividade envolve professores e professoras com exercício em escolas de Assentamentos de Reforma Agrária, lideranças desses assentamentos, supervisores/as e coordenadores/as pedagógicas, gestores e gestoras de educação, professores e alunos da Universidade Federal de Campina Grande, e alunos oriundos de assentamentos matriculados na Escola Agrotécnica Federal de Sousa – PB (EAFS). É um trabalho que se inscreve no conjunto de ações de formação continuada, buscando colaborar na qualificação dos sujeitos para que possam contribuir na construção do projeto de desenvolvimento economicamente justo e ecologicamente sustentável do Semi-Árido Brasileiro. O trabalho da Rede Educação da CPT adota os princípios da proposta de Educação para a Convivência com o Semi-Árido empreendida pela Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro (RESAB) acima informada, da qual a CPT é parceira integrando sua Secretaria Executiva.

A RESAB é um espaço político de articulação de política regional da sociedade civil organizada, congregando educadores/as e instituições Governamentais e Não Governamentais que atuam na área de educação no Semi-Árido brasileiro, sem preconceitos de raça, sexo, origem política, social, cultural ou econômica, com o intuito de elaborar políticas públicas no campo educacional do Semi-Árido Brasileiro (...) busca contribuir para a implementação de ações integradas para o Semi-Árido brasileiro, fortalecendo inserções de natureza política, técnica e organizacional, emanada das entidades que atuam no nível local apoiando a difusão de métodos, técnicas e procedimentos que contribuam para uma Educação para a Convivência com o Semi-Árido.” (Diretrizes da Educação para a Convivência com o Semi-Árido Brasileiro, 2006).

A proposta de Educação para a Convivência com o Semi-Árido não se limita ao espaço do campo, mas a todas as instituições de Educação Escolar do campo e da cidade, em todos os Estados do Semi-Árido Brasileiro, onde educadores e educadoras estão aprendendo e ensinando práticas pedagógicas de Educação Contextualizada, tomando como referência a realidade dessa região. Na experiência do Alto Sertão, a Educação do Campo é trabalhada dialogando com as diferentes atividades que são desenvolvidas nessa perspectiva nas outras redes locais coordenadas pela CPT: rede Água, Saúde e Alimentação, Sementes, Cultivos Agroecológicos e rede Abelha. Considerando o histórico isolamento das escolas em relação à dinâmica da vida das comunidades nas quais se inserem

essa iniciativa é ainda um processo em construção. Um aprendizado que demanda tempo porque exige o domínio de novos conhecimentos e a construção de uma nova visão de Educação Escolar e de gestão.

No Brasil, a Educação Escolar no campo foi, historicamente, posta à margem das políticas públicas de Educação, ficando secundarizada ou inexistente em muitos lugares e por muito tempo. Uma realidade que ainda persiste apesar da histórica luta dos povos do campo não somente por acesso à terra, mas por direitos constitucionais, entre eles a Educação. Estigmatizada como rudimentar, atrasada e de pouca ou nenhuma significação na vida dos povos do campo, a Educação destinada a esses segmentos foi sempre concebida como apêndice nos Sistemas de Ensino, na periferia das políticas educacionais. As iniciativas do Estado durante o século XX, sob a denominação de Educação Rural ou Educação para Comunidades Rurais, destinada ao campo, concebida a partir do olhar da cidade, descolada da cultura do campo, como já sinalizado neste texto, foi efetivada mediante a transposição de conteúdos referenciados na realidade urbana, fazendo-se, quando muito, adaptações/adequações. Essa atitude ignorava o campo nas suas especificidades e pressupõe que as pessoas, aí residentes, são incapazes de contribuir na construção da sua própria matriz curricular a partir do seu chão. A professora Edla Soares, relatora do Parecer nº 36 / 2001 / CCNE / CEB – Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, faz a seguinte análise:

(...) a partir de uma visão idealizada das condições materiais de existência na cidade e de uma visão particular do processo de urbanização, alguns estudiosos consideraram que a especificidade do campo constitui uma realidade provisória que tende a desaparecer em tempos próximos, face ao inexorável processo de urbanização que deverá homogeneizar o espaço nacional. Também as políticas educacionais, ao tratarem o urbano como parâmetro e o rural com adaptação reforçam essa concepção.

Sob essa visão foram formados os profissionais de educação. Os professores e as professoras nem sempre estiveram preparados/as para atuar efetivamente na escola do campo, de forma a transformá-la num espaço dinâmico de criatividade, de desenvolvimento, de habilidades para interagir no campo e na cidade. A sua formação focada no mundo urbano, não os/as qualificou para lidar com os

sujeitos do campo ajudando-os a construir a identidade do camponês⁴ e da camponesa. Visão ancorada no discurso modernizador explicitamente urbano que anuncia a fusão dos dois espaços - campo e cidade ou rural e urbano - como conseqüência do desenvolvimento industrial que resultaria no inexorável desaparecimento da chamada sociedade rural e, portanto, do “fim do campesinato” (CARVALHO, 2005).

Assim, o descaso para com a Educação do Campo tem suas raízes nos padrões de desenvolvimento adotados no Brasil, atendendo demandas do projeto capitalista industrial conforme os interesses das elites dominantes em cada momento histórico. Esse projeto, criminosamente perverso, deixa como marcas históricas profundas e conseqüentes - a escravidão, a concentração fundiária, a expropriação, a expulsão de camponeses e de camponesas do seu espaço de produção da existência, e, a concentração de renda no campo e na cidade, responsáveis pela situação de exclusão no País.

Frente a essa realidade, os povos do campo desenvolveram estratégias de resistência que culminaram na construção de um projeto de contra-hegemonia – uma outra visão de campo, de sociedade, de homem e de mulher, de desenvolvimento do campo e fundado em outras bases economicamente justas e ecológicamente sustentável. Portanto, a “educação do campo” representa uma das estratégias de construção desse projeto. Por essa razão pressupõe, no projeto de Educação Escolar, a inclusão dos saberes produzidos nos espaços não escolares, construídos no cotidiano da produção da existência – o trabalho, a cultura, os modos de viver e de conviver, a relação com a natureza. A educação do campo precisa dar conta de considerar a identidade dos sujeitos do campo, como adverte Caldart (2004, p. 150):

A Educação do campo se identifica pelos seus sujeitos: é preciso compreender que por trás da indicação geográfica e da frieza de dados estatísticos, está uma parte do povo brasileiro que vive nesse lugar e desde as relações sociais específicas que compõem a vida no e do campo, em suas diferentes identidades e em sua identidade comum; estão pessoas de diferentes idades, estão famílias, comunidades, organizações, movimentos sociais....

⁴ Sobre o conceito de camponês nesse debate, ver, entre outros, FERNANDES, Bernardo Mançano. Delimitação conceitual de Campesinato. Texto, 2004.

A Educação do Campo nasce no seio dos Movimentos Sociais do Campo, vinculada à luta pela terra, na luta pelo direito ao exercício da cidadania plena. Nesse sentido ela extrapola os limites da escola. É nessa direção que está sendo desenvolvida a experiência do Alto Sertão, a partir do chão dos assentamentos, observando-se os princípios da Educação para a Convivência e as normas emanadas do Conselho Nacional de Educação, respaldadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Construindo Educação para a Convivência com o Semi-Árido: a Experiência da CPT/SERTÃO-PB

No Semi-Árido Brasileiro, a situação de descontextualização da Educação Escolar ocorre não apenas no campo, mas também na cidade. Como já anunciado, os materiais didáticos, especialmente os livros-texto que chegam às escolas, geralmente veiculam imagens e discursos sobre esse lugar que informam um Semi-Árido onde não é possível se viver, e de pessoas caricaturadas como incapazes, a exemplo do “Jeca Tatu” de Monteiro Lobato. As especificidades da região são transformadas em necessidades omitindo-se as possibilidades que esta comporta quando são criadas as condições adequadas. A pobreza é atribuída às condições climáticas como se não fosse possível conviver com ela criando alternativas de aproveitamento dos recursos naturais aí existentes. Esse retrato estimula o êxodo para os centros urbanos, geralmente para as periferias das grandes cidades aumentando consideravelmente a miséria e o desemprego que crescem assustadoramente. Sobre essa visão, Martins (op. cit., p. 51) afirma:

Nossas discussões na Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro (RESAB) pretendem descortinar estes envergonhamentos injustificados e elevar a discussão da contextualização ao status de uma discussão séria (...) uma contextualização que se vincule visceralmente às lutas já travadas em cada território e que se dê de ‘dentro’, que gere estudos e pesquisas sérias e variadas, que ajudem a fortalecê-la tecnicamente.

Esse olhar desconhece as inúmeras formas alternativas construídas pelos povos no enfrentamento das situações geradas pelas condições climáticas ao longo dos anos e, mais recentemente, mediado pela Articulação no Semi-Árido Brasileiro – ASA-BRASIL, construindo coletivamente formas de convivência com o Semi-Árido em contraposição às históricas políticas públicas de Combate à Seca. Nos livros didáticos as crianças não se reconhecem neles porque as referências são,

geralmente, de outros lugares, de outras regiões. Não se trata de promover o isolamento no lugar, mas de criar condições para que, a partir do local, se possa aprender a construir o diálogo com o conhecimento historicamente sistematizado.

A Educação para a Convivência com o Semi-Árido é uma proposta que convida a escola a considerar o contexto no qual está inserida, no campo ou na cidade; enfatizando inclusive a compreensão da relação campo/cidade/campo como espaços que se complementam cada um nas suas especificidades e, ao mesmo tempo, trabalhando a relação do local com o global, construindo novos olhares, como afirma Bueno⁵:

(...) a partir do conhecimento desse lugar, possam construir um movimento de objetivação, ou seja, a partir do lugar ele enxergue o mundo e dele retorne com um novo olhar sobre o local onde está vivendo. Então esse movimento de objetivação que é característico da ciência, tem a ver com o currículo e tem a ver com a proposta de Educação para a Convivência com o Semi-Árido. Uma educação que tenha significado para os meninos e as meninas do Semi-Árido.

Para construir uma prática pedagógica na perspectiva enfocada acima, é necessário que ocorram grandes transformações na escola. Os livros didáticos, quase sempre a única fonte de consulta do professor, devem trazer abordagens que estimulem a prática da pesquisa sobre a realidade local, com informações atualizadas; incluindo novos olhares sobre o Semi-Árido e, ainda, apontando os sujeitos que produzem conhecimentos fora da escola, na comunidade (no entorno) ou em outros lugares do Semi-Árido, de forma que estudantes e professores possam dialogar com estes aprendendo e ensinando; ancorados na pedagogia de Paulo Freire. Mas isso só é possível se os/as professores/as tiverem oportunidade de se qualificar para essa ação. A experiência tem mostrado que o conhecimento sobre a contextualização do currículo na Formação Inicial desses profissionais não é suficiente para o desenvolvimento dessa prática. Sabe-se que os currículos da Formação Inicial não incluem esse conhecimento, apesar do volume de pesquisas realizadas pelas universidades e por outras instituições de pesquisa. Para contextualizar a educação, mesmo nas séries iniciais do Ensino

⁵ Professor Rovilson José Bueno. Palestra proferida no seminário “O Semi-Árido na Pauta das Universidades Públicas” realizado na UFCG - Campus de Cajazeiras nos dias 15 e 16 de Março de 2007.

Fundamental, não bastam leituras, às vezes superficiais, das teorias da aprendizagem. É necessário saber buscar informações pertinentes que ajudem a compreender a realidade, da região onde atua.

Uma outra exigência para o êxito da contextualização do currículo é o envolvimento dos/as gestores e gestoras, sejam no nível dos sistemas ou nas unidades escolares. Sem o compromisso de todos e todas, as escolas continuam repetindo mecanicamente informações que pouco ajudam, ou em nada ajudam na formação dos/as estudantes, não motivam a auto-estima e não despertam a curiosidade de saber mais. Martins (op. cit., p. 61) traz a seguinte reflexão:

A Educação para a convivência com o semi-árido passa pela escolarização de temas locais tomados em suas amplitudes, implicando não em tratar estes temas como prontos, nem de recorrer ao saber popular e parar por aí mesmo. Trata-se de agregar novos saberes a estes temas. Como se estivéssemos agregando valor a um produto. O valor agregado aos temas locais é o novo saber.

Trabalhar educação nessa dimensão demanda um esforço de Formação Continuada em moldes diferentes dos daquela que tem sido oferecida. Demanda, inclusive, repensar as condições nas quais as professoras e os professores trabalham sem acesso às bibliotecas, especialmente no campo. A CPT/SERTÃO-PB, apesar de não ser a Educação Escolar sua missão primeira; vem colaborando na construção de um novo fazer pedagógico ancorado na proposta de educação para a convivência com o Semi-Árido, articulando os diferentes atores, já citados, envolvidos direta ou indiretamente com atividades educativas no espaço da escola e fora dela; convidando-os/as a construir com os/as estudantes e toda a comunidade escolar (intra e extra-escola), aprendizagens referenciadas pelas especificidades e potencialidades da realidade local - os fazeres, as descobertas e redescobertas dos sujeitos no seu cotidiano, considerando-se as alternativas de enfrentamento das limitações impostas pelas condições climáticas, nesse pedaço do Semi-Árido – o Alto Sertão Paraibano. Enfim; a partir da experiência acumulada na luta pela terra no Sertão, aponta-se a importância de se incluir, nos currículos, a cultura local, a História, os jeitos de viver e de conviver, construindo desde a escola a concepção de Convivência com o Semi-Árido, de desenvolvimento, na perspectiva anunciada, entre outros, por Lima (2006, p.41):

Uma proposta de educação para a convivência com o

Semi-Árido precisa estabelecer um amplo diálogo com a cultura vivenciada pelos sertanejos/sertanejas, buscando valorizar suas experiências, seus saberes, como instrumento importante para a construção de uma nova concepção de desenvolvimento focado nos princípios de solidariedade, de cooperação e de justiça social.

É nessa direção que vem sendo construída a experiência no Alto Sertão. É um aprendizado o alimentado tanto pelo conhecimento produzido na academia, quanto pelos saberes dos camponeses assentados e/ou ainda acampados. Nas próprias experiências dos que estão à frente das instituições de ensino e pelas entidades que produzem conhecimentos sobre as tecnologias alternativas como Estratégias de Convivência com o Semi-Árido, entre estas destacam-se: A Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) e o Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades (PATAC). Além da contribuição de professores pesquisadores na construção desse trabalho.

Educação Escolar no Caminhar da Luta pela Terra no Alto Sertão da Paraíba

A experiência da CPT/SERTÃO-PB em educação escolar, tem início desde os primeiros anos da luta pela democratização do acesso à terra na região (final da década de 1980), momento que coincide com o seu surgimento; nascida da Pastoral Rural. Num primeiro momento essa preocupação era centrada na Alfabetização de Jovens e Adultos, considerando o alto índice de analfabetismo no campo. Era um trabalho desenvolvido pelos seus agentes com colaboração de alguns voluntários. Com a ampliação do número de assentamentos já a partir de meados de 1990 e, conseqüentemente, da população assentada; essa atividade passa a ser ampliada tomando outras dimensões. Surge a necessidade de se firmar parcerias com Secretarias Municipais de Educação e com instituições especializadas (agências formadoras) como a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e a Escola Agrotécnica Federal de Sousa (EAFS). Um dos instrumentos utilizados para viabilizar a inclusão dos filhos e das filhas de assentados em cursos profissionais de nível médio (Normal, Enfermagem, Agropecuária, Agricultura e outros) foi – e ainda é – o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), mediante convênios celebrados com o MDA (INCRA) por intermédio dessas instituições de ensino.

A partir de 2003, a CPT faz parceria com a RESAB no momento de articulação junto à Secretaria Estadual de Educação e Secretarias Municipais de Educação,

especialmente no Alto Sertão Paraibano, promovendo reuniões, encontros, seminários e pré-conferências regionais. O propósito, naquele momento, era promover a divulgação da proposta de Educação para a Convivência e, ao mesmo tempo, construir, coletivamente, propostas de suas diretrizes orientadoras a serem encaminhadas à Conferência Nacional onde seriam debatidas com representantes de todos os Estados do Semi-Árido. Este trabalho ocorreu entre 2003 e 2005 culminando com a realização da Conferência Estadual, ocorrida em junho de 2005 na cidade de Patos.

Em abril de 2005, por ocasião da realização do II Seminário sobre Educação do Campo na Perspectiva da Convivência com o Semi-Árido, promovido pela CPT/SERTÃO-PB na cidade de Cajazeiras, foi aprovada a criação da Rede Educação do Alto Sertão Paraibano como um núcleo da RESAB, no conjunto das dinâmicas de convivência (as demais redes já citadas), sob a coordenação da CPT. Desde então vem desenvolvendo o projeto “Construindo Educação para a Convivência com o Semi-Árido”. O campo dessa experiência são escolas de assentamentos e/ou escolas urbanas com significativo contingente de estudantes oriundos de assentamentos. Além disso, acompanha estudantes assentados matriculados na EAFS e apóia atividades de extensão e pesquisa de professores da UFCG – Campus de Cajazeiras e alunos contemplados nos cursos oferecidos pelo PRONERA.

Aprendendo a Construir um Caminho Metodológico

No aprendizado de contextualização do currículo, a CPT, colabora na criação de condições para a realização de experiências pedagógicas, em parceria com algumas Secretarias Municipais de Educação, nos municípios que contam com Assentamentos de Reforma Agrária em seu território. E, ainda, promove ações de acompanhamento dos estudantes oriundos de Assentamentos, matriculados na EAFS. Na assessoria junto a estes, complementa os conteúdos curriculares com informações relativas à sua profissão aproximando-os da realidade do Semi-Árido, ensinando e aprendendo sobre o lugar para se situar no mundo como ensina SANTOS (2000, p.52): “é o lugar que dá conta do mundo”. Além disso, com assessorias especializadas promove encontros e seminários sobre temas atuais, como: Reforma Agrária, Agroecologia, Agronegócio, Desertificação no Semi-Árido, Manejo do Solo e da Caatinga, Manejo da Água no Semi-Árido, Educação do Campo, Educação para a Convivência com o Semi-Árido e outros, dependendo da conjuntura e do interesse dos/as estudantes.

No trabalho junto às escolas dos assentamentos; o projeto foca atenção na Formação Continuada de professores e professoras, colaborando na qualificação destes/as para que possam ajudar a escola a assumir também o compromisso com o desenvolvimento sustentável dos assentamentos e, dessa forma, se integrar na construção de um outro projeto de desenvolvimento do Semi-Árido. Compreendendo a escola como um dos espaços privilegiados de construção da

cidadania, e que essa é uma tarefa de todos, uma das preocupações nesse trabalho, é comprometer as coordenações dos assentamentos com a Educação Escolar das crianças e adolescentes; movendo e unindo esforços no trabalho de re-significação dos conteúdos e práticas pedagógicas. Geralmente as famílias entregam seus filhos às escolas, delegando-lhes toda a responsabilidade pela educação escolar. Como a escola do campo reproduz o projeto enviado pela cidade essa atitude aprofunda o distanciamento entre escola e comunidade.

Esse distanciamento é minimizado com essa proposta na medida em que para realizá-la, pessoas responsáveis por outras ações educativas na comunidade são convidadas a colaborar, com suas experiências, na re-significação dos conteúdos trabalhados nas salas de aula de forma a se poder construir aprendizagens significativas no sentido trabalhado por Moreira (2003):

Aprendizagem significativa se caracteriza basicamente pela interação entre novos conhecimentos e aqueles especificamente já existentes na estrutura cognitiva do aprendiz. Para isso, em sala de aula, o aprendiz deve apresentar uma predisposição para aprender e os materiais devem]m ser potencialmente significativos , contudo, tais condições são necessárias, mas não suficientes. É preciso levar em conta que a aprendizagem não pode ser isolada de outros lugares comuns do fenômeno educativo como o currículo, o ensino e o meio social.

Acreditamos que essa metodologia contribua para a construção do diálogo pretendido entre os conteúdos oferecidos pela escola e os saberes construídos no cotidiano da produção da existência (os chamados saberes populares). O entendimento é de que todos estejam comprometidos com a construção do conhecimento. Por essa razão não basta observar e descrever a realidade. O papel da escola é problematizar e sistematizar no sentido anunciado por Sousa (2005, p.112):

Educação a partir da realidade teria, em síntese, a missão de partir daquilo que já se sabe (da realidade dos sujeitos), problematizando-a, ampliando os saberes já construídos, localizando-a num tempo-espaço que o possibilite compreender o contexto em que se insere e, então, modificá-lo.

A experiência do Alto Sertão - “Construindo Educação para a Convivência com o Semi-Árido” - colabora com a Formação Continuada dos/as professores/as, a partir de temas geradores que incluem conteúdos necessários à contextualização do currículo e que estes/as profissionais, geralmente não têm discussão acumulada. Nessa direção, são trabalhados, além de abordagem sobre “contextualização”, orientações sobre a “Transposição Didática” (SOARES, 2007) de forma a contribuir no planejamento pedagógico; tem sido necessário trazer para este espaço, outros temas: um pouco da Historiografia do Semi-Árido, as formas predatórias de exploração de suas riquezas e as conseqüências dessa ação no meio-ambiente e na vida das pessoas; as visões sobre o Semi-Árido historicamente veiculadas; as Políticas Públicas de Combate à Seca e a noção de Convivência com o Semi-Árido; a questão da água no Semi-Árido e as alternativas de manejo desta (as tecnologias alternativas); a vegetação do Semi-Árido (a Caatinga) - suas riquezas e as formas de manejo – discussão vinculada à discussão sobre a desertificação, incluindo o manejo do solo. Ainda outras abordagens como agroecologia e agricultura familiar camponesa, agricultura empresarial; vinculando essa discussão à questão da segurança alimentar e nutricional no Semi-Árido e no Brasil, e outras abordagens como a questão étnico-racial, de gênero, as relações de poder, etc.

O tratamento desses temas é vinculado ao trabalho nas salas de aula, pois não se pretende substituir o currículo denominado por muitos como “oficial”, mas comprometê-lo com temas que são significativos na vida dos sujeitos no Semi-Árido. É um exercício de se trabalhar a interdisciplinaridade. Essa experiência não tem sido uma tarefa fácil, dada a precariedade da formação dos/as professores/as e cultura enraizada na escola que tem o livro didático como única fonte no trabalho em sala de aula. BUENO (2007, p. 11) afirma:

O Semi-Árido Brasileiro é uma produção natural e humana. Compreendê-lo dessa forma exige um pensamento complexo como sugerido por Edgar Morin. No domínio da sala de aula, essa abordagem deve acontecer como educação contextualizada. Mas todos e todas nós estamos experienciando enormes dificuldades para realizá-la. Com segurança, pode-se afirmar que não há nada de extraordinário em apresentarmos tais dificuldades, especialmente se lembrarmos como as escolas vêm ensinando os meninos, as meninas e os adultos no Semi-Árido ao longo do tempo e, ainda, os supostos adotados na formação dos professores e das professoras.

Embora essa seja a realidade, é importante registrar que desse esforço pode-se apontar alguns ganhos, ou avanços no que se refere ao aprendizado da contextualização do currículo e às atitudes das pessoas envolvidas. Nas escolas onde os professores se engajaram no trabalho com interesse, com apoio da assessoria pedagógica e da gestão escolar, as crianças passaram a se interessar mais pelo trabalho escolar e a evasão diminuiu. Um exemplo que pode ser apontado é a experiência da Escola Antônio de Sousa Dias, localizada no sítio Cocos no município de Cajazeiras, durante o ano de 2007. Como a proposta convida à pesquisa tanto professores como estudantes, todos se envolveram com interesse e houve redução na evasão escolar. Essa experiência tem comprovado que partir do chão onde vivem e de objetos do seu cotidiano é um caminho promissor para motivar as crianças. Elas se sentem produtoras do conhecimento e não apenas receptoras como na concepção da “educação bancária” (FREIRE, 2005, p.65-87). Conduzido dessa forma todos estão ensinando e aprendendo como afirma Torres (2003, p. 2002-2003) analisando o pensamento de Paulo Freire:

O professor é ao mesmo tempo um estudante, o estudante é ao mesmo um professor; a natureza do conhecimento de cada um pode diferir, mas já que a educação é um ato de conhecer e não meramente de transmitir fatos, os estudantes e o professor compartilham uma condição cognitiva semelhante e estão ligados pelo diálogo pedagógico caracterizado pelo relacionamento horizontal.

É um exercício de cidadania ativa (participativa) que demanda maior atenção dos professores e das professoras e de todos envolvidos no processo. Adotamos o diálogo de forma que todos e todas possam dar suas contribuições, expor suas idéias trazendo suas contribuições para a melhoria do processo, somando e construindo sociabilidades nas relações que se dão na horizontalidade. Sendo assim, independente da formação, todos são formuladores de propostas e avaliadores do processo, sejam universitários, estudantes ou analfabetos (considerados aqui aqueles que não têm, ainda, o domínio da leitura e da escrita). A troca de saberes que se aprende no trabalho com os /as estudantes na sala de aula e com outros atores da comunidade, é uma postura adotada nos momentos da Formação Continuada onde, professores e representantes dos assentamentos se encontram nas oficinas, nas plenárias, nos seminários.

Compromissos

A CPT/SERTÃO-PB assume, nesse trabalho, os seguintes compromissos:

1. Fortalecer a articulação entre professores/as, gestores/as municipais de Educação, estudantes e lideranças dos assentamentos (especialmente as famílias que têm crianças na escola), visando à melhoria da qualidade do Ensino Fundamental (especialmente na 1ª fase), produzindo e estimulando diferentes dinâmicas (ações de Convivência com o Semi-Árido) desenvolvidas nas outras redes como Estratégia de Contextualização do currículo;
2. Promover a formação continuada de professores e professoras tendo como centralidade a realidade do Semi-Árido Brasileiro e a Educação para a Convivência, visando a contextualização do currículo escolar e a promoção de educação de qualidade;
3. Acompanhar, nas escolas dos assentamentos e comunidades incluídas no projeto “Construindo Educação para a Convivência com o Semi-Árido”, experiências de Educação Escolar contextualizadas, assessorando professores e professoras na construção de práticas pedagógicas inovadoras em interação com as Práticas de Convivência desenvolvidas nas comunidades;
4. Interagir com os/as Gestores/as municipais de Educação, visando à inclusão da Educação do Campo (Resolução nº01/2002/CCNE/CEB) e da Educação para a Convivência, nos planos de ação das Secretarias (conforme as Diretrizes da Educação para a Convivência com o Semi-Árido aprovadas na I Conferência da RESAB, em 2006);
5. Consolidar a relação escola/comunidade – o caminho mais eficaz na contextualização do currículo, comprometendo as coordenações dos assentamentos com a Educação Escolar;
6. Contribuir na melhoria do desempenho das crianças nas atividades escolares; especialmente em leitura e na escrita - um dos problemas críticos na educação brasileira atualmente;
7. Colaborar na formação dos estudantes oriundos de assentamentos mediante acompanhamento e formação complementar aproximando-os da realidade do Semi-Árido;
8. Participar de outros espaços públicos colaborando com a formulação e implementação de Políticas Públicas de Educação do Campo e de Educação para a Convivência com o Semi-Árido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação escolar é um direito historicamente negado a milhares de brasileiros e de brasileiras, especialmente aos residentes no campo. A necessidade de atendimento a essa demanda, se apresenta inadiável, considerando ser a educação escolar cada vez mais importante como instrumento de construção e de exercício da cidadania. Para contribuir na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável, inclusivo e justo, na reinvenção da sociedade, como anunciou Paulo Freire, é preciso que todos, tanto no campo como na cidade se qualifiquem para interagir utilizando os meios disponibilizados pelo conhecimento científico e tecnológico. Para tanto, é indispensável que todos e todas assumam a sua responsabilidade, tanto o Estado como a sociedade, criando as condições para que todos tenham acesso à educação de qualidade.

O trabalho desenvolvido pela CPT em educação contextualizada, representa uma das muitas iniciativas que são realizadas por outras entidades com essa mesma proposta, como o MOC - Movimento de Organizações Comunitárias, na Bahia, o IRPAA – Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada, também na Bahia, e tantas outras que inspiraram a criação da RESAB, além de experiências isoladas de algumas Secretarias Municipais de Educação. Isso representa a confirmação de que é possível ousar quebrando velhos paradigmas para inovar, construindo uma nova relação entre o conhecimento científico e os conhecimentos populares.

Como resultados já alcançados podem ser apontados o envolvimento de muitos professores com a proposta, a inclusão da temática Educação para a Convivência com o Semi-Árido nos Planos de Ação de algumas Secretarias Municipais de Educação ou no planejamento pedagógico periódico com professores/as e maior interesse de muitas famílias com a educação escolar dos filhos. No que se refere à Escola Agrotécnica Federal de Sousa, a parceria tem contribuído para a escola se abrir para a comunidade, repensar o currículo, por exemplo, a introdução do componente curricular Agroecologia e o encaminhamento ao MEC de projeto de criação de curso específico nessa área, enfocando a questão no Semi-Árido, são alguns dos passos já conquistados.

REFERÊNCIAS

BUENO, Rovilson José. Apresentação. Caderno Multidisciplinar Educação e Contexto do Semi-Árido Brasileiro, Juazeiro, BA: Selo Editorial RESAB, v. 2, n.04, dez, 2007, p. 11.

CALDART, Rosely Salette. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In ARROYO, Miguel, et al. (Orgs.). Por Uma Educação do Campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, p.150.

CARVALHO, Horácio Martins de. O Campesinato no Século XXI Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo – Resolução nº 01/2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano, et all. I Conferência Nacional “Por uma Educação Básica no Campo. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salette; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). Por uma Educação do Campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, p. p. 20 – 62.

MOREIRA, Antônio Marcos. Linguagem e aprendizagem Significativa (2003). Disponível em: <http://www.if.ufrgs.br/~moreira>.

FREIRE, Paulo. Educação e Política. São Paulo: Cortez, 1993, p.p.37-44 (coleção Questões da nossa época; v. 23).

----- Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005

LEITE, Mirian Soares. Recontextualização e Transposição Didática: introdução à leitura de Basil Berestein e Yves Chevallard. Araraquara: Junqueira e Marin, 2007.

LIMA, Elmo Soares de Souza. Contextualização no Semi-Árido: reconstruindo Saberes e Tecendo Sonhos. In RESAB-Secretaria Executiva(Org.). Caderno Multidisciplinar Educação e Contexto do Semi-Árido Brasileiro, Juazeiro, BA: Selo Editorial RESAB, v. 2. 2006, p. 41.

MARTINS, Josemar da Silva. Anotações em Torno do Conceito de Educação para a Convivência com o Semi-Árido. In RESAB - Secretaria Executiva (Org.). Educação para a Convivência com o Semi-Árido: Reflexões Teórico-Práticas. 2ª ed. Juazeiro, BA: Selo Editorial RESAB, 2006, p.p. 52 – 53.

MORIN, Edgar. Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000, p. 36.

PEREIRA, Vanderléa Andrade, REIS, Edmerson dos Santos. Educar no Semi-Árido Brasileiro: o desafio de uma construção em rede. In: RESAB-Secretaria Executiva (Org.). Caderno Multidisciplinar Educação e Contexto no Semi-Árido Brasileiro. Juazeiro, BA: Selo Editorial RESAB; v. 01, n. 01, Maio de 2006, p. 61.

Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro (RESAB). I Conferência Nacional de Educação para a Convivência com o Semi-Árido (17 a 20/05/2006). Diretrizes da Educação para a Convivência com o Semi-Árido. Juazeiro, BA: Selo Editorial RESAB.

SANTOS, Milton. Território e Sociedade. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2000, p. 52.

SASCHS, Ignacy. Estratégias de Transição para o Século XXI Desenvolvimento e Meio Ambiente. São Paulo: Studio Nobel, Ed. Fundap, 1993, p. 24.

SOUZA, Ivânia Paula Freitas de. A Gestão do Currículo escolar para o desenvolvimento humano sustentável do Semi-Árido Brasileiro. São Paulo: Peirópolis, 2005, p. 112.

Contato com os autores: ade_cpt@yahoo.com.br; diego_nod@yahoo.com.br; rovilson_jose@uol.com.br

Recebido em: 09/02/2009

Aprovado em: 20/06/2009